



fama
re.capital

Relatório de Gestão

FAMA LatAm Climate Turnaround FIF de Ações IS

3º Trimestre - 2025





Sumário

<u>Resumo Executivo</u>	<u>3</u>
<u>Carta do CIO</u>	<u>4</u>
<u>Performance do Fundo</u>	<u>7</u>
<u>O Valor Presente de um Ativo em Crescente Valorização no Futuro: SLC Agrícola</u>	<u>11</u>
<u>As Metas Climáticas e o Roadmap para a COP 30</u>	<u>15</u>



Resumo executivo

No terceiro trimestre de 2025, o FAMA LatAm Climate Turnaround FIF em Ações IS (CTF) avançou em sua tese de investimento climático, consolidando-se como iniciativa que conecta ciência e capital na construção de soluções de descarbonização e adaptação, visando aumento de resiliência e criação de valor econômico de longo prazo através de engajamento colaborativo. O fundo aprofundou sua atuação em temas estruturantes – como valoração de ativos naturais, agricultura regenerativa, finanças verdes e justiça climática – reforçando a convicção de que retorno financeiro e regeneração socioambiental são dimensões indissociáveis do capital.

O período também marcou a consolidação do CTF como agente de produção de conhecimento e incidência sistêmica. A publicação de estudos científicos e o fortalecimento de parcerias com empresas, instituições financeiras e formuladores de políticas ampliaram a influência do fundo no debate sobre a transição climática brasileira. À medida que o país se prepara para sediar a COP30, o CTF reafirma seu papel como catalisador de uma economia regenerativa, voltada a transformar compromissos em resultados mensuráveis e a integrar mitigação, adaptação e valor econômico em uma mesma equação.

Mensagem do CIO

O mercado financeiro vive de antecipar. Modelos de fluxo de caixa descontado, curvas de juros e análises de risco não fazem outra coisa senão tentar traduzir o futuro em valor presente. A precificação de qualquer ativo na lógica financeira pressupõe que seu valor se dá pelo cômputo do valor presente de seus fluxos futuros, o que significa que quanto mais distante no tempo está o fluxo esperado, menos ele vale hoje. Essa lógica sustenta a indústria financeira há séculos. Mas quando olhamos para o capital natural, essa equação entra em colapso. *Na natureza, o futuro vale mais que o presente.* Preservar uma floresta por dez anos gera valor cumulativo em biodiversidade, em estoque de carbono, em serviços ecossistêmicos. *Traduzido para a linguagem financeira, a natureza opera sob uma taxa de desconto negativa.*

Esse descompasso explica parte do atraso estrutural do mercado financeiro em lidar com a crise climática. Continuamos insistindo em modelos que reduzem a importância do longo prazo, quando na realidade os riscos se acumulam e os ativos ambientais se tornam mais valiosos à medida que o tempo avança. *O resultado é uma subprecificação sistêmica dos riscos climáticos e uma invisibilidade das oportunidades relacionadas à conservação e à regeneração.* Ao ignorar essa inversão, gestores e investidores comprometem não apenas o futuro do planeta, mas também a solidez de seus portfólios.

Esse problema se torna ainda mais grave quando analisamos o comportamento do setor. O mercado de capitais continua agindo de forma reativa, raramente propositiva. Os poucos instrumentos disponíveis na tese ambiental em grande parte reproduzem estruturas já conhecidas, sem desafiar os fundamentos de alocação de risco e retorno. Há até alguma inovação de forma, mas pouca de substância. A lógica dominante segue a mesma. *O mercado ainda trata sustentabilidade como restrição ou custo reputacional, e não como uma fonte primária de criação de valor.*

Nesse contexto, a COP30, que será realizada no Brasil em novembro, poderia representar uma chamada direta ao setor financeiro. A primeira carta emitida pela presidência da COP foi clara: estamos vivendo o primeiro ano em que a média global de temperatura ultrapassou 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e, se nada for feito, não haverá estabilidade financeira

possível. A crise climática deixou de ser tema para relatórios de sustentabilidade e deve ser variável de risco sistêmico.,

Mas a resposta não pode ser mais um acúmulo de ações isoladas. A ciência caminha em uma direção, enquanto o poder público em outra, e os reguladores e o capital cada qual em outros caminhos diversos. O resultado é fragmentação. Há diálogos e parcerias, mas quase sempre marginais, como se cada ator pudesse cumprir sua parte sem alterar os fundamentos do sistema. Esse modelo não funciona. Precisamos de coautoria: *a construção conjunta de soluções desde a origem, integrando ciência, política e capital.*

Foi exatamente essa lacuna que buscamos endereçar neste trimestre ao publicar um *estudo no periódico científico internacional PLOS Sustainability and Transformation.*

Trata-se de um marco. Não é uma tese unilateral proposta por uma gestora, mas um *estudo submetido a revisão por pares, validado pela comunidade acadêmica global.* O artigo analisou 123 companhias listadas na B3, responsáveis por quase três quartos das emissões corporativas brasileiras. Os resultados foram contundentes.

Primeiro, a variável mais significativa para explicar as emissões não é a existência de metas climáticas, mas a lucratividade. Empresas mais rentáveis emitem mais gases de efeito estufa. Isso revela que, no Brasil, a *trajetória de emissões segue atrelada ao ciclo econômico*, e não à adesão voluntária a compromissos climáticos. Segundo, as metas, quando existem, são frequentemente superficiais: mais da metade das companhias analisadas não possuíam qualquer meta formal, e 81% das que possuíam não estavam alinhadas ao Acordo de Paris. Terceiro, observamos um padrão: *reduções se concentram em energia* (escopo 2), onde o grid brasileiro já é relativamente limpo, enquanto as *emissões de cadeia (escopo 3) seguem crescendo*, sem estratégias robustas.

Esses achados refletem falhas estruturais. Em um ambiente de *enforcement* regulatório frágil, metas voluntárias tendem a reproduzir o business as usual em vez de transformá-lo. Sem integração entre políticas públicas, pressões de mercado e ciência, não há incentivo real para reduzir emissões em escala.

Esse diagnóstico dialoga diretamente com nossa convicção de que o *engajamento deve*

ser tratado como interseccionalidade.



Engajar significa construir pontes entre ciência, política e mercado. É diferente de pressionar de fora, ou de exigir compromissos genéricos. É trabalhar junto, de forma a redesenhar estratégias empresariais que façam sentido para acionistas, reguladores, cientistas e sociedade.

Foi o que fizemos, por exemplo, ao publicar mais um [*estudo, desta vez em conjunto com a SLC Agrícola*](#). Esse trabalho mostrou como é identificar alavancas de redução e, ao mesmo tempo, gerar valor econômico. É coautoria na prática: construção compartilhada de caminhos.

Para os investidores, a escolha é simples: continuar acumulando riscos não precificados em portfólios expostos à lógica linear do business as usual, ou se *posicionar como protagonista de uma transição que, além de necessária, é fonte de valor duradouro*.

Na fama re.capital, escolhemos estar na fronteira dessa transição. Acreditamos que *retorno financeiro robusto e regeneração socioambiental são dimensões inseparáveis do capital*. Nossa trajetória tem mostrado que engajamento estratégico e interseccionalidade ampliam a resiliência das empresas, e criam valor sustentável no sentido mais literal.

Um mutirão foi convocado pelo presidente da COP30. Agora, cabe ao mercado financeiro decidir se permanecerá como seguidor, reagindo ao que já é inevitável, ou se assumirá seu papel de protagonista, construindo soluções em coautoria. A escolha é clara. *E o tempo, que no mercado costuma ser descontado, na natureza já corre com juros negativos*.



Fabio Alperowitch, CFA
Fundador da fama re.capital

Performance do Fundo

O terceiro trimestre foi marcado por desempenho misto entre as companhias do portfólio, com resultados operacionais e de mercado pressionados – à exceção da Sabesp –, resultando em variação de -0,6% para o fundo, frente a +5,3% do benchmark. O cenário reflete *maior seletividade e cautela nas teses de crédito, proteína e agricultura, somadas à persistência de custos de capital elevados e incertezas climáticas*.

Ainda assim, os movimentos do trimestre reforçam os fundamentos estruturais das empresas investidas, ancoradas em *estratégias de descarbonização e resiliência de longo prazo*. Em comum, SLC Agrícola, Marfrig (agora MBRF), Banco do Brasil e Sabesp demonstram que a integração entre desempenho financeiro e impacto climático segue como principal alavanca de valor do portfólio – e que a desconsideração dos riscos climáticos pode comprometer o resultado operacional das companhias.

Nesse contexto, a SLC Agrícola segue demonstrando que *práticas regenerativas e gestão agrônoma disciplinada são motores estruturais de valor*. A companhia mantém produtividade de soja e algodão 5 a 10% acima da média nacional, sustentada por uma estratégia de agricultura regenerativa já adotada em mais de 800 mil hectares plantados, que envolve semeadura sem intervenção mecânica, plantas de cobertura, bio defensivos, inoculantes e rotação de culturas¹.

Essas práticas reduzem a variabilidade interanual da produtividade, inclusive em anos de stress climático, reforçando a resiliência operacional e financeira do negócio. O estudo *“Agricultura Regenerativa, Resiliência Climática e Produtividade”*, desenvolvido pela fama re.capital e SLC Agrícola, demonstra como tal abordagem melhora a estabilidade de margens ao mesmo tempo em que contribui para o sequestro de carbono e a mitigação de riscos físicos.

Para o fundo, o caso da SLC Agrícola ilustra como a transição para modelos de produção regenerativa no Brasil não é apenas um vetor de impacto ambiental, mas uma *alavanca econômica de longo prazo* – capaz de *proteger retornos e reconfigurar a vantagem competitiva do setor agrícola* em um contexto de maior escassez hídrica e exigência

¹ <https://www.slcagricola.com.br/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-Integrado-2024.pdf>

climática global. Acreditamos plenamente que a SLC Agrícola está posicionada para seguir liderando essa agenda.

Ao compilar evidências concretas de uso de agricultura regenerativa em escala e resultados de produtividade da SLC Agrícola, ajudamos a *construir um benchmark setorial e case de investimento sólidos, contribuindo para a percepção do mercado sobre a companhia.*

Além da realização do estudo, organizamos um evento de lançamento virtual e promovemos ampla divulgação do material e de seus dados perante um público diverso, inclusive de investidores estrangeiros, que se mostraram interessados em explorar oportunidades e conversas com a companhia. O engajamento com a companhia também tem focado em temas como política desmatamento zero, compromissos climáticos, transparência e oportunidades de mercados de carbono.

A incorporação da BRF em setembro consolida a Marfrig como um dos *maiores grupos de proteínas do mundo* e amplia sua capacidade de atuar sobre cadeias de valor mais extensas. A integração entre bovinos, aves e suínos cria um ecossistema capaz de padronizar *critérios de rastreabilidade e baixo carbono em múltiplas cadeias*, fortalecendo a captura de sinergias operacionais e ambientais.

A companhia segue priorizando o rastreamento de fornecedores indiretos e o alinhamento de metas socioambientais à expansão de escala e à crescente demanda por produtos rastreáveis. Esses fatores reafirmam a capacidade de transformar rastreabilidade e descarbonização em vetores de competitividade e geração de valor em um setor cada vez mais exposto a riscos climáticos e regulatórios.



Imagem via Freepik

Entre os principais temas de engajamento do CTF com a Marfrig está o apoio na construção de valor do negócio a partir da *valoração do capital natural* envolvido. Nesse contexto, tem surgido conversas com diversos atores de mercado para apoiar a realização de estudos e análises não somente sobre o capital natural da companhia, mas também sobre como aprimorar a regulação e o ambiente de mercado para valorização de ativos ambientais. Além disso, outros temas discutidos incluem mecanismos financeiros para promover regularização ambiental de pequenos produtores, desmatamento zero e rastreabilidade.

O Banco do Brasil responde por cerca *de metade de todo o crédito rural do país*, posicionando-se de forma única para influenciar a transição do setor rumo a práticas mais sustentáveis e resilientes ao clima. Embora o atual ciclo de crédito imponha desafios de rentabilidade, a *escala e a capilaridade do Banco do Brasil permanecem como diferenciais estratégicos relevantes*, especialmente em um contexto de alta exposição ao agronegócio.

O banco reúne as condições institucionais e operacionais para aprimorar suas políticas de crédito, incorporando critérios climáticos e socioambientais mais robustos. Isso permitiria direcionar capital para atividades e processos regenerativos, ao mesmo tempo em que reforça sua capacidade de mitigar riscos climáticos, reputacionais e financeiros. O desempenho recente, contudo, evidencia que a *instituição segue indiretamente exposta a ativos vulneráveis às mudanças climáticas* - refletido, em parte, pelo aumento da inadimplência na carteira agro, que vem pressionando o resultado operacional.

Apesar do desempenho abaixo do esperado nos últimos trimestres, seguimos confiantes de que o engajamento com a companhia poderá contribuir para o desenvolvimento de estratégias de transição e de precificação de risco climático, aumentando a resiliência do balanço e a sustentabilidade de longo prazo do banco.

A Sabesp segue avançando na universalização do saneamento, com execução consistente em expansão de infraestrutura, eficiência operacional e disciplina de investimento. Em países em desenvolvimento, *universalizar o tratamento de água e esgoto é também descarbonizar*, pois reduz emissões de metano e melhora a gestão de resíduos orgânicos.

A companhia mantém CAPEX alinhado às metas de universalização até 2033 e vem ampliando o uso de tecnologias digitais e automação, como a parceria com a Telefônica para medição inteligente – iniciativas que reduzem perdas, otimizam energia e aprimoram a gestão de rede. A combinação entre eficiência operacional e governança regulatória estável reforça a tese de longo prazo: *universalizar o saneamento é gerar valor econômico e climático em um setor de impacto direto sobre saúde pública e emissões.*

Como parte de sua estratégia de engajamento com comunidades vulnerabilizadas, a Sabesp criou o Projeto Brotar, o *primeiro censo de saneamento voltado a comunidades rurais*, indígenas e quilombolas nos municípios atendidos pela companhia. O levantamento vai até julho de 2026 e deve abranger mais de 820 mil domicílios, com o objetivo de mapear as necessidades locais para levar água potável e coleta e tratamento de esgoto a populações historicamente excluídas.

Justiça climática é inclusive um dos temas de engajamento do time do CTF com a companhia, a partir de iniciativas que a Sabesp já vem estruturando dentro da agenda social e como parte da sua estratégia de universalização do serviço. O objetivo é também promover educação financeira e geração de renda, com impactos diretos sobre a redução das taxas de inadimplência entre comunidades vulnerabilizadas.

Ademais, as interações com a companhia têm se voltado a explorar rotas de descarbonização e a adoção de compromissos climáticos, bem como o seu posicionamento de mercado em relação à agenda de adaptação climática, um tema que tem conexão íntima com a atividade-fim da Sabesp.

O trimestre reforça a essência da estratégia do fundo: *investir em companhias que unem fundamentos financeiros sólidos e planos concretos de transição climática*, sustentando nossa convicção de que a descarbonização é também uma alavanca de valor econômico, capaz de mitigar riscos e fortalecer margens.

O Valor Presente de um Ativo em Crescente Valorização no Futuro: SLC Agrícola

A precificação de ativos agrícolas de longo prazo, como terras produtivas, expõe uma dissonância estrutural entre o valor percebido pelo mercado financeiro e o valor real – ecológico, produtivo e estratégico – desses ativos. No caso da nossa investida Agrícola, por exemplo, a empresa apresenta margens operacionais acima da média do setor, governança robusta e um histórico consistente de geração de valor. Ainda assim, negocia² com um *desconto de cerca de 50% em relação ao seu valor patrimonial líquido (NAV), estimado em R\$ 14,1 bilhões* pela própria companhia³. A pergunta central é: por que um ativo produtivo e escasso, inserido em uma tendência global de valorização da terra e da segurança alimentar, é precificado como se estivesse em declínio?

A resposta passa por compreender como o mercado avalia – ou falha em avaliar – a capacidade dos sistemas agrícolas de manter e regenerar sua base de ativos. Modelos convencionais de valoração de empresas tendem a precificar o fluxo de caixa projetado em horizontes de 5 a 10 anos, considerando que uma parte desproporcional do valor se concentra na perpetuidade (isto é, no período após as projeções explícitas, quando se supõem taxas de crescimento mais estáveis). Esses fluxos são descontados a uma taxa que incorpora riscos operacionais e de preço de commodities. No entanto, *tais modelos negligenciam, frequentemente, riscos climáticos (físicos e de transição), a capacidade de regeneração dos solos, a estabilidade interanual de produtividade e os ganhos cumulativos associados a práticas agrícolas resilientes*. Em outras palavras, tratam a terra como ativo exaurível, e não como um ativo em regeneração.

O paper *“Agricultura Regenerativa, Resiliência Climática e Produtividade: Lições do Caso SLC Agrícola”* (SLC, 2025) que publicamos em parceria com a SLC Agrícola contribui para corrigir essa lacuna, demonstrando que *práticas regenerativas não apenas aumentam a produtividade, mas reduzem a variabilidade interanual e a exposição a riscos climáticos extremos*. A adoção combinada de plantio direto, cobertura vegetal contínua, rotação diversificada e uso de bioinsumos aumentou a previsibilidade da produção e reduziu perdas em anos de seca em até 12% (Lal, 2020; Nwaogu et al., 2024). Do ponto

² Valor de Mercado de 09/10/2025.

³ <https://ri.slcagricola.com.br/informacoes-financeiras/indicadores-financeiros/>

de vista financeiro, essa previsibilidade equivale a uma redução efetiva na volatilidade do fluxo de caixa e, portanto, no custo de capital.

Estudos de longo prazo reforçam esse vínculo entre resiliência ecológica e desempenho econômico. Montgomery et al. (2022) mostraram que *sistemas regenerativos apresentam rendimentos mais estáveis e margens superiores a sistemas convencionais*, mesmo sem expansão de área ou aumento de insumos. Em meta-análise global, Pretty et al. (2018) identificaram que *práticas de agricultura conservacionista reduzem custos de fertilizantes e defensivos em até 30%, enquanto aumentam a produtividade média em 20%*. Esses resultados são consistentes com os achados da FAO (2023), segundo os quais solos com maior teor de carbono orgânico apresentam maior capacidade de retenção hídrica, reduzindo a necessidade de irrigação e amortecendo os efeitos de estresses climáticos.



Imagem via SARE

O paradoxo, portanto, é que o mercado ainda não reconhece plenamente essa transição. Como observam Gosnell, Gill e Voyer (2020), a agricultura regenerativa representa uma transformação estrutural – e não incremental – da lógica produtiva, substituindo o paradigma extrativista por um modelo de coevolução entre produção e ecossistema. No entanto, a ausência de métricas comparáveis de adaptação climática e resiliência do solo faz com que esses *ganhos permaneçam invisíveis para analistas e investidores*. Além disso, os estudos e as bases de análises são relativamente recentes, o que pode trazer dúvidas sobre a intensidade e frequência de eventos climáticos no futuro.

O resultado é uma precificação que penaliza o investimento de longo prazo e subestima o valor presente líquido de ativos que, na prática, estão em processo de valorização contínua.

O caso da SLC Agrícola oferece uma base empírica para reavaliar essa dinâmica. A empresa, hoje com cerca de 830 mil hectares sob gestão, integrou práticas regenerativas em 100% de suas áreas na safra 24/25, incluindo o uso sistemático de inoculantes, bioinsumos e coberturas vegetais. O efeito acumulado dessas práticas é mensurável: *produtividade de soja 12% superior à média nacional (Conab, 2025), menor variância entre safras e capacidade de manter rendimentos estáveis mesmo sob eventos de seca ou calor intenso*. Além disso, estima-se que suas áreas sequestram até 0,6 tCO₂e/ha/ano (Bayer et al., 2006a; Locatelli et al., 2025), criando um ativo natural que combina rentabilidade agrícola com mitigação climática – um exemplo claro de duplo dividendo de sustentabilidade.

Do ponto de vista econômico-financeiro, esses atributos deveriam se traduzir em múltiplos mais altos e taxas de desconto menores. Conforme argumenta Arrow et al. (2012) em *Sustainability and the Measurement of Wealth*, o verdadeiro valor econômico de um ativo depende de sua capacidade de manter o fluxo de benefícios no tempo – e, portanto, de preservar o capital natural subjacente. A precificação baseada apenas em fluxos financeiros ignora a “riqueza inclusiva” do sistema, conceito que incorpora recursos naturais e resiliência ecológica como componentes do patrimônio produtivo. *Aplicado ao agronegócio, isso implica reconhecer que solos vivos, biodiversidade e estabilidade hídrica são formas de capital que geram valor econômico mensurável.*

Esse raciocínio converge com as discussões recentes no âmbito da *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD, 2024) e da *Science Based Targets for Nature* (SBTN), que buscam integrar riscos e oportunidades naturais à análise financeira. *Terras agrícolas sob manejo regenerativo podem ser vistas como ativos com risco físico reduzido, custo de capital inferior e maior potencial de valorização* – especialmente à medida que mercados de carbono, taxonomias verdes e seguros agrícolas baseados em resiliência climática se consolidam.

No entanto, a transição ainda depende de instrumentos de mensuração e de políticas públicas. Como propõe o *paper* da SLC Agrícola, o desenvolvimento de métricas padronizadas de resiliência climática – como estabilidade de produtividade, diversidade de culturas, capacidade de retenção de água e manejo de carbono no solo – é pré-condição para incorporar esses fatores em modelos de crédito e *valuation*. *Tais métricas poderiam alimentar índices de adaptação climática aplicáveis ao setor, servindo de base para precificação diferenciada de ativos agrícolas, definição de seguros paramétricos e emissão de títulos verdes.*

Em última instância, o valor presente de uma fazenda deve refletir não apenas o fluxo de caixa gerado, mas também o potencial de valorização associado à sua capacidade de regenerar e sustentar o próprio capital natural. O mercado financeiro, *ao incorporar indicadores de resiliência e regeneração, não apenas corrigirá distorções de valuation, mas também realinhará incentivos econômicos com a preservação de ecossistemas e a segurança alimentar global.*

Em 17 de abril de 2025, Daniel Baeta, CEO da Luxor Agro, publicou um artigo⁴ provocativo sobre “quanto vale uma fazenda”. Sua conclusão é direta: “depende do que se faz nela”. Seguindo essa lógica, sugerimos que uma fazenda vale o que ela é capaz de regenerar. No longo prazo, serão justamente esses ativos vivos e resilientes – que restauram solos, capturam carbono e mantêm produtividade estável – que definirão o verdadeiro valor de mercado da agricultura no século XXI.

⁴ <https://www.linkedin.com/pulse/quanto-vale-uma-fazenda-daniel-baeta-99rsf/?trackingid=m9ZU06MMSt2p1Ys1cBhd1A%3D%3D>

As Metas Climáticas e o Roadmap para a COP 30

As Conferências das Partes (COPs) são espaços de negociação multilateral entre os países membros da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e do seu Acordo de Paris. A priori, não são locais de incidência direta de atores privados. No entanto, reconhecendo que o engajamento de atores não estatais é fundamental para a eficácia dos compromissos assumidos, os governos signatários do Acordo de Paris vêm progressivamente encorajando a participação do setor privado nas COPs.

Esse movimento ganhou força em Glasgow, durante a COP 26, ainda em meio à pandemia de COVID-19. Na ocasião, o governo britânico – que presidiu a conferência – promoveu ativamente o engajamento de empresas e instituições financeiras, resultando na adoção de uma série de compromissos voluntários, iniciativas e coalizões setoriais de descarbonização.

Na COP 30, em Belém do Pará, o governo brasileiro pretende dar um passo adiante, criando uma plataforma capaz de conectar efetivamente as ações privadas ao universo da tomada de decisão multilateral do Acordo de Paris. A diferença é que, em vez de um palco para novos compromissos e metas voluntárias, busca-se um ambiente que dê visibilidade a **resultados concretos** – ações que já estão sendo implementadas e gerando reduções de emissões de GEE e ganhos de resiliência climática. *Em vez de promessas, entregas.*

Essa é uma distinção crucial, especialmente no setor privado: compromissos corporativos não têm se traduzido em efetiva descarbonização das empresas brasileiras. Essa constatação é evidenciada pelo [estudo “Corporate Emissions and Climate Targets: Insights from High-Emitting Firms in Brazil's Transition to Sustainability”](#), publicado na revista *PLOS Sustainability and Transformation*, que analisou dados financeiros e emissões das empresas brasileiras listadas na B3 no período de 2019 a 2023.

O estudo, de autoria de integrantes do time da fama re.capital, conclui que a lucratividade foi o fator mais consistente para explicar as emissões operacionais das empresas brasileiras no período. Ele também mostra que choques macroeconômicos recentes tiveram impactos desiguais: as emissões despencaram em varejo (-35%) e transporte (-29%) durante a

pandemia, mas cresceram 28% em alimentos e agricultura – justamente os setores mais expostos a pressões globais sobre desmatamento e cadeias de suprimento. As reduções observadas concentraram-se no consumo de energia, beneficiado pela matriz elétrica brasileira, enquanto as emissões indiretas da cadeia de valor aumentaram de forma contínua.

Além disso, entre as empresas brasileiras que possuem metas climáticas, 81% não estão alinhadas ao cenário de limitação do aquecimento global a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais – referência científica estabelecida pelo Acordo de Paris.

Se as emissões de GEE seguem o ciclo de lucros, somente com criação de valor econômico é possível sustentar uma política de descarbonização corporativa eficaz. Enquanto não for possível crescer ao mesmo tempo que se reduz emissões, metas climáticas continuarão sendo insuficientes e promessas vazias.

O CTF busca identificar, elucidar e capturar o valor econômico atrelado à redução de emissões em empresas de diversos setores da economia no Brasil, contribuindo para a robustez e sustentabilidade das metas climáticas corporativas. Acreditamos que o verdadeiro avanço virá quando o capital reconhecer e precificar, de forma sistemática, o valor das empresas que reduzem emissões não por obrigação regulatória, mas por vantagem competitiva, transformando a descarbonização em motor de crescimento.

As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. É fundamental a leitura do regulamento dos fundos antes de qualquer decisão de investimento. Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Nenhum fundo conta com garantia da instituição administradora, da gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Para obtenção do Regulamento, Histórico de Performance, Prospecto, além de eventuais informações adicionais, favor entrar em contato com a fama re.capital ou com a Administradora do fundo. Para avaliação de performance dos fundos de investimento, é recomendável uma análise de período de, no mínimo, 12 meses.